

APRESENTAÇÃO

Sexualidades, localidades e deslocamentos em diferentes escalas

Sexualities, localities and displacements in different scales

O conjunto de artigos enfeixados neste número temático pretende apresentar experiências de cunho eminentemente etnográfico capazes de expressar desdobramentos recentes ocorridos na produção brasileira acerca da relação entre sexualidade, deslocamentos e experiências localizadas em distintas escalas.

Especialmente no que diz respeito às pesquisas que envolvem gênero, sexualidade e outros marcadores sociais da diferença, os deslocamentos provocados pelas reflexões a partir de contextos que não aqueles consagrados pela literatura – os grandes centros urbanos, as capitais e as metrópoles – ensejam questionar alguns lugares-comuns recorrentes, tais como a perspectiva de que a realização plena da sexualidade estaria distante das cidades de origem desses sujeitos, ali percebidos como diferentes, “outros”, impertinentes. Como se experiências afetivo-sexuais deslocadas das cisheteronormatividades só fossem possíveis em contextos cosmopolitas e metropolitanos.

Em um primeiro momento, mais especificamente no início dos anos 2000, essa crítica impôs a problematização de experiências dissidentes justamente em cidades de pequena e média escala e contextos interioranos, até então, pouco visibilizadas em termos de produção de conhecimento. Buscou-se a partir de então, conhecer a complexidade de gramáticas locais em distintas experiências de cidade e de território, enaltecendo uma grande variedade de modos de vida, campos de significação, emergência de sujeitos sociais e suas

práticas, estratégias, equipamentos e negociações ali agenciadas (FERREIRA, 2008; NASCIMENTO, 2018, 2019; PASSAMANI, 2018; GONTIJO & COSTA, 2012; GONTIJO, 2014; ERICK, 2019; TOTA, 2015; MARQUES, 2015; FERNANDES, 2019; LOPES, 2017; REIS, 2017; SCHWADE & PAIVA, 2014).

Se esse projeto remonta a princípios advindos desde as primeiras gerações dos estudos rurais no Brasil, que apontavam a impossibilidade de compreender a sociedade brasileira sem entender a relação entre experiências rurais e urbanas, vale dizer que os estudos mais recentes encontram-se fortemente enredados pela necessidade de ampliar o leque de vidas consideradas vivíveis (BUTLER, 2006), pela compreensão de uma variedade de sujeitos tomados como tal em sua inteireza sem a necessidade, tão frequente na literatura em ciências sociais, de recorrer a fluxos migratórios que tenham como elementos disparadores alguns dos marcadores destacados acima, notadamente, dissidências de gênero e sexualidade, busca de realização pessoal a partir de identificação com modos de vida considerados mais citadinos, rompimento unilateral com experiências familiares, violências, etc. Paralelo à variedade de gramáticas locais, esses estudos vêm chamando ainda a atenção para dinâmicas insuspeitas de deslocamentos, criatividade na composição e agenciamento de redes de relações e relacionalidades.

Mais recentemente, estudos sobre fronteiras e deslocamentos de sujeitos que parecem não reproduzir relações usuais entre o que compreendemos por “centro” e “periferia” vêm desafiando estudiosas e estudiosos de campos diversos a interpretar dinâmicas variadas de sujeitos e entre sujeitos, formas institucionais e seus agenciamentos. São perspectivas que permitem pensar em mobilidades entre territórios nacionais e transnacionais, entre zonas urbanas e rurais, entre nordeste e sudeste, que oferecem também distintos olhares para se analisar elaborações de gênero, sexualidade, corporeidade, subjetividade, afetividade.

Paralelamente a essas dinâmicas dos campos de estudo ora ressaltados, a reflexão sobre momentos de “ebulição social” (PIRES, 2013; NASCIMENTO, 2012; MARQUES, 2015, 2020) ou a pulverização de experiências do *continuum* rural-urbano vem redimensionando a possibilidade de descrever a experiência

urbana como experiência unívoca e englobante de um rural sempre igual a ele mesmo, eminentemente conservador e irremediavelmente fadado ao desaparecimento. Tais avanços vêm inspirando novos posicionamentos teórico-metodológicos, novas habilidades de percepção e regimes de escrita.

Se a associação inelutável entre os estudos urbanos e a consolidação do campo de sexualidade e gênero no Brasil se impõe como ponto pacífico entre pesquisadorxs da área, foi somente a partir dos anos 2000 que uma profícua produção envolvendo sexualidade e experiências de lugar em distintas escalas passou a ressaltar aspectos ainda pouco observados nos trabalhos seminais de Peter Fry (1982), Néstor Perlongher (1987), Carmen Dora Guimarães (2004 [1977]), entre outras (os).

As perspectivas inauguradas nos anos 2000 parecem exigir um novo olhar sobre o campo dos estudos rurais, as vivências locais, as dinâmicas de deslocamento e recepção local de significados distribuídos por meios de comunicação em larga escala, o alcance de políticas e militâncias em cidades de pequeno e médio porte. Multiplicaram-se, a partir de então, etnografias envolvendo vivências rurais, interioranas, periféricas, deslocamentos envolvendo espacialidades de escalas distintas, levantamento de vocabulários, termos e práticas reveladas a partir de corpos-territórios (PERLONGHER, 1987).

A partir de 2013, essa discussão passou a figurar entre os temas recorrentes nos encontros da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais- ANPOCS, com o Simpósio de Pesquisa Pós-graduada “Sexualidade e gênero: espaço, corporalidades e relações de poder”, SPG reeditado anualmente a partir de então. Em 2019, com o Simpósio Temático “Ciências Sociais pelos interiores: novas cartografias de pesquisa em gênero e diversidade sexual no Brasil”, a relação entre espacialidades distintas, gênero e sexualidade passa a figurar entre os Grupos de Trabalho- GTs promovidos no evento. Em 2018, durante a 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, tal debate tomou lugar na Mesa-Redonda “Gênero e Diversidade Sexual em Contextos Interiores e Etnicamente Diferenciados - Crítica Colonial, Perspectiva *Queer* e Epistemopolítica Radical” e no Simpósio Especial “Território, gênero e sexualidade fora dos eixos: cruzando fronteiras teóricas e geopolíticas”.

Debate retomado na 32ª edição do evento, durante o GT “Gênero e sexualidade: violência, subjetividades, territorialidades e direitos”. O Fórum Temático “Diversidade sexual e de gênero: interseccionalidade, violência e regionalidade”, ocorrido durante a 5ª Reunião Equatorial de Antropologia- REA em 2014; e mesas redondas ocorridas no Fazendo Gênero, Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Étnico-racial e de Gênero- CINABEH, Desfazendo gênero, entre outros eventos, vem mantendo discussão contínua sobre a questão a partir de múltiplas perspectivas teóricas e disciplinares.

O acúmulo desse debate tem se materializando ainda em números temáticos de diferentes revistas, por exemplo, no dossiê “Diversidade Sexual e de Gênero em Áreas Rurais, Contextos Interioranos e/ou Situações Etnicamente Diferenciadas - Novos Descentramentos”, da revista *Aceno*; “Experiências da Diversidade Sexual e de Gênero em Áreas Rurais, Contextos Interioranos ou Periferizados e/ou Situações Etnicamente Diferenciadas: novos descentramentos em outras axialidades”, na *Amazônica: Revista de Antropologia*, ambas em 2017; na *Ponto Urbe*, em debate temático intitulado “Cidades do interior, interior das cidades”, em 2019 e ainda nos dossiês “Cruzando diferenças nos Nordeste brasileiros”, da revista *Cadernos de Gênero e Sexualidade*, e “Dissidências de Gênero e Sexualidade(s) em Contextos Interioranos e/ou rurais: Cruzando Temas, Problemas e Perspectivas Contemporâneas”, da revista *Debates Insubmissos*, ambos publicados em 2020.

O debate sobre sexualidades, localidades e deslocamentos em diferentes escalas, ora publicado na revista *O Público e o Privado*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará fortalece esse debate ao tentar perceber seus alcances teórico-metodológicos distintos quando espelhado em experiências distintas de trânsitos e fronteiras entre nações, invenções de lugares e de alteridades no mundo e ainda como diferentes políticas de gênero e sexualidade assumem particularidades quando co-produzidas por sujeitos, coletivos e expressões marcadas pela noções de origem (ou sua negação) e localização espacial.

Pela riqueza das descrições e interpretações suscitadas, os textos que compõem o número temático mantêm entre si relações surpreendentes de

complementação, distinção e ampliação de questões apontadas por vivências aparentemente comuns e correlatas. De modo didático, poderíamos dividi-los em três blocos. O primeiro deles, referente a vivências de migrantes no território nacional brasileiro.

No texto de Jullyane Carvalho Ribeiro, resultado de uma pesquisa etnográfica em um abrigo para migrantes e refugiadas na cidade de São Paulo, há fartos dados para pensar as mobilidades transnacionais, bem como a produção de diferenças no âmbito de processos institucionais na gestão das vidas dessas pessoas. A autora analisa a articulação entre diferentes categorias de diferenciação que complexificam as relações cotidianas domésticas desde o âmbito de aspectos mais básicos como a alimentação, até desafiar (e interrogar) as convenções de gênero acerca das compreensões de ser homem e ser mulher e as expectativas a eles atribuídas em diferentes nacionalidades e culturas postas em contato mais estreito. Na visão da autora, há inúmeras “pedagogias cotidianas”, que ela chama de *práticas nacionalizantes*, orientadas por técnicas de “gestão do ordinário” que, por meio de mecanismos disciplinares, cuidam e governam estas vidas no sentido de as enquadrarem em certo esquema compreendido institucionalmente com adequado. Tal enquadramento do adequado é buscado desde os movimentos corporais, hábitos alimentares, relações sociais mais estreitas, em que estas moralidades atribuem a gênero (e também a sexualidade) destacada centralidade na compreensão de maior ou menor proximidade como uma “brasilidade” ora desejada, ora rejeitada.

A partir de uma pesquisa com pessoas LGBTI venezuelanas que vivem em Roraima, Lucas Caobe Rodrigues de Sousa problematiza as dissidências sexuais e de gênero no âmbito dos deslocamentos internacionais. Sousa centra sua análise a partir do contato privilegiado com um interlocutor, Manuel, um homem venezuelano, gay, de 25 anos. O autor vai tecendo, ao longo da narrativa, como o interlocutor agencia sua orientação sexual, bem como a de seu companheiro, a fim de que ela não seja visibilizada no processo de cruzar a fronteira, uma vez que eles perceberam que houve uma série de discriminações a pessoas LGBTI durante o mesmo périplo migratório. Segundo Sousa, a intenção de Manuel, bem como de outras pessoas LGBTI que usaram das

mesmas estratégias, era tentar minorar as já enormes dificuldades que se apresentavam a um migrante nas condições vulneráveis que eles estavam. Talvez ser migrante e LGBTI fosse um processo ainda mais complexo de ser enfrentado diante das abundantes adversidades impostas. Durante o percurso da Venezuela ao Brasil e nos primeiros tempos em Roraima parece que foi estratégico um apagamento compulsório como LGBTI a fim de conseguir melhor “integra-se” ao país de destino. O interlocutor de Lucas Caobe Sousa mostra as possibilidades e os limites da condição de refugiado, bem como da própria Operação Acolhida com políticas específicas para a “população LGBTI”. De forma bastante distinta, os dois artigos que seguem falam sobre experiências locais e os trânsitos espaciais e temporais que ora reiteram ora conferem significados distintos a espaços e aos sujeitos que ali habitam ou por ali transitam. A partir da cidade de Tabatinga, situada na porção brasileira da tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, na região amazônica do Alto Solimões, José Miguel Nieto Olivar destaca como, a partir de seus trânsitos, sujeitos vão compondo a si mesmos, aos espaços por eles e elas habitados e aos lugares sociais a eles previstos e designados. Nessa coprodução de redes, a partir da fronteira, cuidado, amor, afeto, dinheiro e sexo produzem vínculos e relações (im)permanentes ali e para além dali. Cada personagem apresentada por Miguel Nieto expressa, portanto, um “experimento fronteiriço”, algo passageiro, algo precário, e ainda assim e talvez por isso mesmo prenhe de significados só perceptíveis a partir de uma escrita que atravessa mais de dez anos de contato contínuo entre o antropólogo e suas colaboradoras. Além de suas experiências fronteiriças encarnadas, as interlocutoras do autor parecem intérpretes privilegiadas “de las relaciones económicas, políticas, sexuales y afectivas entre sujetos nacionales” desta fronteira. A escrita etnobiográfica (GONÇALVES; MARQUES; CARDOSO, 2012) impõe-se, portanto, como forma de conferir sentido às pessoas e às experiências coletivas. Impõe-se ainda como forma de tomar consciência de sentidos que se antecipam a nossa forma de pensar, sem que os percebamos. Como nos ensina Nieto Olivar, neste artigo: “Estudar em ‘interiores’ e movimentos dá trabalho, justamente, porque evidencia os limites dos deslocamentos normativos coloniais que produziram e produzem

a nossa confiança, nosso lugar no mundo imaginado como sendo o próprio mundo, nossa perspectiva acadêmica, científica e legal branca, urbana e burguesa. Evidenciam os regimes de imobilidade que sujeitam nossa imaginação”. Silvana de Souza Nascimento revisita suas pesquisas etnográficas na pequena cidade goiana de Mossâmedes, campo de suas investigações anteriores de mestrado e doutorado. Se essas pesquisas apontavam a reiteração de experiências generificadas de produção de sujeitos e como as festas de romaria não estavam fechadas às transformações urbanas de então, nesse artigo Nascimento se questiona se as interações de dinâmicas urbanas nessa pequena cidade possibilitariam outras vivências que não aquelas previstas pela cisheteronorma. De modo bastante eficiente, o artigo revisita a produção da década de 1990 que define os elementos característicos de uma “moral camponesa” (WOORTMANN, 1990) e a coteja com dados referentes à inculcação de identidades de gênero, expressão dessas identidades em momentos de ebulição social das festas, assim como em práticas cotidianas.

Desde a pesquisa de doutorado, Silvana Nascimento parece interessada se o acesso ao ensino superior pelas mães e jovens mulheres de Mossâmedes seria um elemento desencadeador de mudanças nas relações de gênero local. Agora, dez anos depois, descreve e condensa essas mudanças a partir de alguns elementos sutis e significativos: a trajetória da filha de uma antiga interlocutora como profissional liberal, as melhorias nas casas e aparente gentrificação da comunidade, o modo como as mulheres da comunidade hoje participam da caminhada até a Festa do Divino na cidade vizinha e, por sua habilidade em dirigir automóveis, não seguem mais a pé atrás do carro de boi, livrando-se de uma jornada de penitência e trabalho que envolveria um triplo expediente de atividades somente para as mulheres. Todas essas e outras mudanças descritas ao longo do artigo potencializam novas questões, articuladas pela autora a partir dos estudos interseccionais e transfeministas. Impõem-se então, novos questionamentos a partir de unidades de análise sutis e multifacetadas em um campo de longa duração, descrito no artigo de modo exemplar.

O terceiro e último conjunto temático diz respeito a duas diferentes experiências institucionais ocorridas nas cidades de João Pessoa e Palmas. Geissy

dos Reis Ferreira de Oliveira e Mónica Franch refletem sobre uma recente política pública voltada para a população trans em João Pessoa, capital paraibana que pode ser considerada uma cidade média, voltada para a população trans, o Programa Transcidadania, que foi inspirado em programa homônimo inaugurado na cidade de São Paulo, em 2015. Este programa, implementado no mesmo ano em João Pessoa, é uma iniciativa da Coordenadoria Municipal de Promoção à Cidadania LGBT e da Igualdade Racial com o objetivo de incentivar a inserção de travestis e transexuais no mercado de trabalho por meio de auxílio financeiro e capacitação profissional. Por meio de uma sensível etnografia realizada por Oliveira, orientada por Franch, as autoras mostram os impasses e os desafios de implantação de uma política pública com recursos escassos e a dedicação intensa de pessoas-chave que se empenham em atender travestis, pessoas trans e transexuais em situação de extrema vulnerabilidade econômica e social que, a despeito da presença de um importante movimento LGBTQIA+ local e da presença de políticas públicas voltadas para gênero e sexualidade na Paraíba, continuam na invisibilidade e sem o necessário reconhecimento de sua cidadania. Assim, é louvável o esforço descrito no artigo de ativistas que têm atuado neste programa para burlar o sistema burocrático, excludente e transfóbico das instituições e do mundo empresarial, onde se concentram os poderes políticos e econômicos regionais. Além disso, as autoras também problematizam questões metodológicas que colocam em xeque as relações desiguais e distanciadas que, muitas vezes, são construídas entre pesquisadoras/es e pesquisadas/os. Sugerem, então, um deslocamento onde as orientadoras não são apenas as professoras mas as próprias interlocutoras da pesquisa, que vão direcionando o trabalho de campo para o que lhes interessam e que façam sentido político para elas.

Por sua vez, o texto de Bruna Andrade Irineu e Ayrton Senna Seraphim do Amaral apresenta uma análise sobre a memória LGBTI+ na cidade de Palmas, capital do Tocantins, considerada uma das mais evangélicas do país, a partir de experiências de lazer de homens gays, lésbicas e travestis que passaram por vivências de deslocamento e migração para esta localidade. Por meio de entrevistas realizadas para um documentário audiovisual, “No avesso da noite de

Palmas” (2017), Irineu e Amaral narram histórias da primeira boate LGBTI+ da cidade, a “Dama de Paus”, onde, no início dos anos 2000, o público trans e homossexual pôde experimentar relações afetivo-sexuais em um ambiente seguro, entre *dark rooms* e performances de *drag queens*. Apesar do ambiente conservador da capital tocantinense, os/as entrevistados/as relataram diferentes possibilidades de vivências homossexuais que não reproduziram necessariamente formas de preconceito homofóbicas tais quais as que vivenciaram em suas cidades de origem, que não necessariamente eram contextos mais interiores. Ou seja, a Dama de Paus permitiu uma liberdade possível para LGBTI+, mesmo dentro de um território delimitado, e também abriu a possibilidade para a criação de outros espaços de lazer que passaram a focar em aspectos de consumo e comerciais específicos para este público. A iniciativa de dar visibilidade a esta memória em Palmas está vinculada à dedicação dos autores a projetos de extensão no ambiente universitário, ainda que com baixo financiamento e pouco apoio institucional, destacando a fundamental relação entre pesquisa e intervenção social para a comunidade e a centralidade de fomentar ações de preservação da memória gay, drag, bicha, travesti, sapatão em cidades que ainda não se encontram no mapa tanto dos centros hegemônicos de produção de conhecimento quanto das instituições de fomento a projetos culturais e científicos.

Enfim, neste conjunto de artigos que compõem nosso dossiê, esperamos oferecer perspectivas que possam construir novos caminhos para o campo das sexualidades, dos deslocamentos e das localidades que possam, talvez, pular os muros e atravessar fronteiras não apenas das cisheteronormatividades mas das maneiras de elaborar escritas acadêmicas, de analisar metodologias de pesquisa, de problematizar conceitos e paradigmas consagrados, de investigar políticas públicas e de valorizar nossa memória que ainda insiste em ser apagada pelos atuais governos de ultra-direita. Que possamos construir conhecimentos compartilhados, em diferentes línguas e linguagens, que foram e estão sendo produzidos nas encruzilhadas, nos terreiros, nas beiras de rio, nas estradas de chão, nas garagens, nos botecos, nos abrigos, nas calçadas das pequenas e grandes cidades, entre rural e urbano, além das fronteiras que nos aprisionam

e tentam nos adequar a um mundo já não mais possível para uma multidão.

Roberto Marques¹
Silvana de Souza Nascimento²
Guilherme Passamani³

1. Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (PPGS/UECE) e do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Regional do Cariri (URCA). <https://orcid.org/0000-0002-5494-6462> **roberto.marques@uece.br**

2. Professora do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP), coordenadora do Coletivo Cócix – Estudos do Corpo-Cidade. Professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). <https://orcid.org/0000-0001-5661-4915> **silnasc@usp.br**

3. Docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFMS) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais (PPGCult/UFMS). Coordenador do Núcleo de Estudos Néstor Perlongher – Cidade, Geração e Sexualidade (NENP/UFMS). <https://orcid.org/0000-0001-5019-0832> **guilherme.passamani@ufms.br**

Referências

BUTLER, J. Precarious life. The Powers of mourning and violence. London/New York: Verso, 2006.

ERICK, I. (Re)pensando a diversidade sexual e de gênero fora do(s) grande(s) centro(s). Novos debates - Fórum de debates em antropologia, v. 5, p. 117-127, 2019.

FERNANDES, E. R.. "Existe índio gay?": A colonização das sexualidades indígenas no Brasil. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

FERREIRA, P.R. Os afectos mal-ditos: o indizível nas sociedades camponesas. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Anpocs, 2008.

FRY, P. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: _____. Para Inglês ver: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p. 87-115.

GONÇALVES, M.A.; MARQUES, R.; CARDOSO, V. Z.. Etnobiografia: Subjetivação e etnografia. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

GONTIJO, F. S.; COSTA, F. C. S. . Ser Traveco é Melhor que Mulher?: considerações preliminares acerca das discursividades do desenvolvimentismo e da heteronormatividade no mundo rural piauiense. Bagoas : Revista de Estudos Gays, v. 6, p. 171-186, 2012.

GONTIJO, F. S.. Kátia Tapety: ora mulher, ora travesti? Gênero, sexualidade e identidades em trânsito no Brasil. Cadernos Pagu (UNICAMP. Impresso), p. 299-319, 2014.

GUIMARÃES, C. D. O Homossexaula visto por entendidos. Rio de Janeiro: Garamond, 2004 [1977]).

LOPES, M.. Algumas observações sobre as homossexualidades em contextos interioranos; lançando questões fora dos centros. Amazônica: Revista de Antropologia, v. 8, p. 24-37, 2017.

MARQUES, R. Cariri eletrônico. Paisagens sonoras no Nordeste. São Paulo: Intermeios, 2015.

MARQUES, R. Produzindo anonimato em espaços de tradição: o forró eletrônico no Cariri. *Latitude*, vol. 12, n.1, p. 31-53, 2018.

MARQUES, R.. Problemas de patrimônio como problemas de gênero: disjunções entre feminismo e cultura popular na Festa de Santo Antônio em Barbalha (CE). *Interseções - Revista de estudos interdisciplinares*, v. 22, p. 463-491, 2020.

NASCIMENTO, S.S. Homem com homem, mulher com mulher: paródias sertanejas no interior de Goiás. *Cadernos Pagu*, n. 39, 2012.

NASCIMENTO, S. S. Desire-cities: a transgender ethnography in the urban boundaries. *VIBRANT (FLORIANÓPOLIS)*, vol. 15, n. 1, 2018.

NASCIMENTO, S.S. Corpografías divergentes: las ciudades deseadas y las prohibidas en las experiencias travestis (Brasil), *Revista Colombia de Antropología*, ICHAN, Bogota, 2019.

PASSAMANI, G. Batalha de confete - Envelhecimento, condutas homossexuais e regimes de visibilidade no Pantanal-MS. Rio de Janeiro/RJ: Papéis Selvagens Edições, 2018.

PERLONGHER, N. O negócio do michê. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PIRES, F.. Os Filhos-ausentes e as penosas de São Sebastiãozinho. *Etnografia da Festa da Catingueira/PB*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

REIS, R.. Making out with the city: (homo)sexualities and social-spatial disputes in brazilian peripheries. *Vibrant*, v. 14, p. 1-22, 2017.

SCHWADE, E.; PAIVA, I. A. . Nas resistências: ação política, jovens e mulheres no MST e em assentamentos rurais. *Vivência: Revista de Antropologia*, v. 43, p. 67-84, 2014.

TOTA, M.. Cinco vidas: travestilidades, gênero, sexualidades e etnicidades no interior da Paraíba. *Revista de Antropologia da USP*, v. 58, p. 173-207, 2015.

WOORTMANN, K. Com parentes não se negueia: o campesinato como ordem moral. Brasília, UnB, 1990. (*Anuário Antropológico*, 87).